



A GREVE DO MAGISTÉRIO EM SC: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O MOVIMENTO

Amanda da Silva Menger - Unisul

Agência financiadora: Prosup/Capes

Resumo: O presente artigo “A greve do magistério em SC: a percepção dos professores sobre o movimento” trata da greve realizada pelos professores do ensino básico de Santa Catarina em 2011. Aborda os motivos que levaram a greve, suas fases, as negociações e a volta às aulas. O artigo tem como objetivo também trazer a percepção dos professores sobre o movimento observado como uma greve diferenciada e o que constituiu este diferencial. As entrevistas dos professores fazem parte da pesquisa “Trabalho docente no ensino fundamental e médio no Estado de Santa Catarina”, financiado pela Capes. A discussão foi realizada cotejando os depoimentos dos professores, a legislação educacional e as reportagens publicadas durante o período da greve. O estudo aponta para a necessidade de outros instrumentos além do piso salarial profissional nacional como forma de valorização financeira dos docentes.

Palavras-chave: greve; piso salarial profissional nacional; carreira docente.

Introdução

Deflagrada em 18 de maio de 2011, a greve do magistério público estadual de Santa Catarina durou 62 dias. Esta foi uma das greves de maior duração em Santa Catarina e foi reflexo de movimentos realizados em cinco Estados em 2011: Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Piauí. Em todos os Estados, a principal reivindicação foi a aplicação da lei do piso nacional da Educação (OLIVEIRA, D’AGOSTINO, FAJARDO, 2012).

O presente artigo tem como objetivo fazer um histórico da luta do piso nacional, bem como fazer um relato da greve catarinense, suas fases e as negociações entre governo e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte). Também é objetivo deste artigo trazer a percepção dos professores sobre os fatos mencionados, já que esta greve é considerada pela própria categoria como uma greve diferenciada. A percepção dos professores sobre o assunto foi obtida durante as entrevistas realizadas com professores de Tubarão, no Sul do Estado, para a pesquisa “Trabalho docente no ensino fundamental e médio no Estado

de Santa Catarina”, financiado pela Capes. Em Tubarão foram ouvidos 12 professores, seis do Ensino fundamental e seis do Médio. Destes professores, dois não tiveram participação na greve por trabalharem apenas na rede municipal. Outra professora entrevistada é aposentada, mas participou ativamente da greve por pertencer à direção estadual do Sinte e fazer parte do comando de greve. Dos 10 professores que participaram da greve, um é contratado em caráter temporário (ACT), os demais são efetivos. As entrevistas foram realizadas entre 9 e 17 de novembro de 2011.

Para este artigo, além das respostas dadas pelos professores na entrevista semiestruturada sobre as condições do trabalho docente, são referências bibliográficas as reportagens publicadas pelo jornal Diário do Sul, de Tubarão e por sites de notícia. Também foi utilizada como suporte teórico a tese do professor João Molevade (2000), a legislação educacional, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida por governadores e também materiais institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

1 PISO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

A sanção do presidente Luís Inácio Lula da Silva à lei que criou o Piso Salarial Profissional Nacional, em 16 de julho de 2008, é um marco na história de reivindicações da categoria. A discussão do piso como uma remuneração mínima aos profissionais da educação teve início na década de 1980. Segundo Monlevade (2000), os salários pagos aos professores para exercerem suas funções docentes nunca foram os ideais, mas a partir das décadas de 1950 e principalmente 1960, em decorrência de diversos fatores, entre eles a inflação, os valores caíram drasticamente. Foi a partir de 1960 que os professores passaram a se reunir em associações e buscarem seus direitos, entre eles, o de melhores salários.

De acordo com Monlevade (2000), a primeira vez que o piso entra em discussão como bandeira de luta foi no XIV Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em 1981, em Fortaleza. A reivindicação era de um piso de três salários mínimos nacional. As discussões seguiram e se refletiram na Constituição Federal de 1988. No artigo 206 da CF, o inciso V garante a existência de um piso profissional. Ainda pela CF no capítulo dos Dispositivos Transitórios há no artigo 60^a a previsão da criação de um fundo para a manutenção do ensino e pagamento dos professores, constituído por recursos municipais, estaduais e

federais. Este fundo só entraria em vigor em 1998: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (BRASIL, 2012a).

Conforme Monlevade (2000), entre 1988 e 1992, a CPB e depois a CNTE formularam uma proposta para viabilizar o piso nacional vinculando o piso ao custo-aluno. Em 1994 chegou a se fazer um acordo para estipular um valor mínimo do custo-aluno e da remuneração dos professores. Na época, o valor proposto era de R\$ 300 para jornada de 40h, e titulação de 2º Grau (Magistério). Estas discussões sobre o piso eram paralelas à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a partir de 1995, a da lei que criaria o Fundef.

A remuneração definida por plano de carreira era uma das previsões do artigo 9º da lei do Fundef 9424/96 (BRASIL, 2012b). O fundo entraria em vigor em 1º de janeiro de 1998 e nos estados em que fosse possível, em 1º de julho de 1997, o que ocorreu somente no Pará. Ainda sobre plano de carreira e remuneração, Ainda em 1997, o Conselho Nacional de Educação apresentou a Resolução 3, com as diretrizes para a formulação dos planos. O artigo 7º desta resolução, previa que o valor mínimo para a remuneração docente (jornada de 20 horas com cinco de hora/atividade e média de 25 alunos por turma) seria determinado pelo custo médio aluno-ano em cada sistema estadual ou municipal (CONSELHO, 2012).

Apesar de existir uma fórmula de cálculo do custo médio, quem fixava o valor era o presidente da República, por meio de decreto, e muitas vezes o valor era abaixo do calculado. Além desse achatamento, Monlevade (2000), afirma que os prefeitos e governadores em sua grande maioria não respeitaram estes valores para fixar o piso dos professores. A alegação era que o Fundef não dava conta do financiamento da educação e dos salários dos professores. Isso também ocorreu porque grande parte dos professores antes do Fundef não possuíam curso universitário. Com o auxílio financeiro para cursar a graduação, subsidiado pelo próprio fundo, muitos professores mudaram de titulação. Como os planos de carreira possuíam uma grande diferença entre o piso do magistério e da graduação, isso teria contribuído para inviabilizar a fixação de um valor mínimo para o pagamento dos professores.

Tão logo o Fundef começou a apresentar dificuldades, inclusive, como aponta Monlevade (2000), porque a União não destinava os valores que havia se comprometido, o debate do financiamento da educação foi retomado. Desta forma, a ênfase não seria apenas o Ensino Fundamental, mas o Ensino Básico, agregando Educação Infantil e Ensino Médio. Essas discussões levaram a formulação de outro fundo, o da Educação Básica, o Fundeb. A lei do Fundeb foi aprovada em 2006, e entrou em vigor em 2007.

A luta pelo piso avançou com o Fundeb. Isso porque a lei do novo fundo previa a apresentação, no prazo de um ano, de uma lei que instituísse o Piso Salarial Profissional Na-

cional para a categoria. O artigo 41 previa em seu parágrafo único que a lei do piso seria remetida ao congresso até 15 de abril de 2007. A tramitação do piso levou mais tempo do que o previsto e só foi sancionado em 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2012c), (BRASIL, 2012d).

O questionamento da lei do piso veio em seguida. Em 29 de outubro de 2008, os governadores de cinco Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará) entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei do Piso. Em dezembro de 2008, em liminar, o STF decidiu o salário básico poderia ser somado aos benefícios para chegar ao valor do piso nacional. Já o artigo da hora/atividade foi suspenso pela ADI 4167/2008 (GOVERNADORES, 2012).

O julgamento do mérito foi concluído em abril de 2011. Dos nove ministros, sete acompanharam o voto do relator, ministro Joaquim Barbosa. O único a votar contra foi Marco Aurélio Mello. O julgamento foi interrompido quando passou a tratar da constitucionalidade do 1/3 da hora atividade. O julgamento foi retomado no dia 27 de abril e a hora atividade também foi considerada constitucional (STF CONSIDERA, 2012; STF JULGA, 2012). No acórdão, publicado em 24 de agosto de 2011, os juízes consideraram que a União tem competência para definir o piso nacional “como forma de utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador” (PUBLICADO, 2012).

2 AS FASES DA GREVE EM SANTA CATARINA

A greve do magistério estadual pode ser dividida em quatro fases: pré-greve; as primeiras negociações; a terceira fase é de reabertura das negociações; e a quarta fase é a de desarticulação do movimento que culminou na volta às aulas, em 19 de julho. Esta divisão foi feita com base na análise das reportagens publicadas no período de 1º de abril até 20 de julho de 2011 pelo jornal Diário do Sul, de Tubarão.

Tão logo o julgamento da lei do piso foi concluído no STF, mesmo sem ter o acórdão publicado (o que só ocorreu em agosto), o Sinte tentou, em vão abrir negociação com o governo. Sem respostas, a categoria começou a se mobilizar. Este foi a primeira fase do movimento, o pré-greve. No fim de abril, em visita a Tubarão, o governador Raimundo Colombo (PSD) foi recepcionado com um protesto de professores. Em entrevista, Colombo disse que o Estado pagaria o piso quando o STF publicasse o acórdão. A segunda mobilização ocorreu no dia 12 de maio, em uma paralisação nacional em favor do piso. Em Florianópolis, o Sinte organizou uma assembleia geral que decidiu por greve a partir de 18 de maio, dando

mais uma semana para o Estado apresentar uma proposta. Em Tubarão, várias escolas não tiveram aulas e um grupo de professores municipais fez um protesto no centro da cidade. (PROFESSORES, 2011; MADEIRA, 2011a).

A segunda fase é a das primeiras negociações. A primeira proposta foi feita em 23 de maio: o governo pagaria o piso para aqueles que ainda não recebessem o valor, ou seja, para os professores com formação de Ensino Médio e Licenciaturas Curta e Plena e enviaria a proposta para a Assembleia Legislativa como Medida Provisória. Isso na prática passava por cima do Plano de Cargos e Salários (lei complementar 1139/1992) (MENGER, 2011a).

Como a primeira proposta não foi aceita, o Sinte ampliou as mobilizações, dando início a terceira fase do movimento. A atuação se dá em duas frentes: uma buscando apoio dos deputados para votarem contra a MP (a medida precisava ser votada na assembleia em até 90 dias, com risco de ser revogada); a segunda frente é a mobilização na rua. Os professores realizam passeatas, protestos em frente aos órgãos do governo, queima de cópias de diplomas universitários e de pós-graduação e simulações de enterro do plano de carreira. Muitas mobilizações contaram com apoio de pais de alunos e com o respaldo do público: por onde os professores passavam eram aplaudidos e recebiam apoio com falas motivadoras (MENGER, 2011b; PROFESSORES QUEIMAM, 2011).

Ainda nesta terceira fase as negociações prosseguiram com a apresentação de nova proposta pelo governo e contraproposta pelo Sinte. A segunda proposta do governo é de 6 de junho: além do pagamento do piso, previa a redução da regência, de 40% para 25% para os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental e de 25% para 17% para os professores das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O governo abriu prazo para o que o Sinte apresentar contraproposta. Esta contraproposta pedia o cumprimento da lei do piso, manutenção da regência de classe, incorporação dos prêmios Educar, Jubilar e assiduidade em percentual, a formação de um grupo de trabalho para gradualmente implantar o piso de acordo com a carreira, realização de concurso público ainda em 2011, pagamento de 1/3 da hora atividade, revisão da lei do ACT e pagamento do vale alimentação igual ao dos professores da Udesc. Sem resposta do governo, o Sinte realizou nova assembleia estadual que levou 14 mil professores à Passarela Nego Quirido, em Florianópolis. Por unanimidade a greve foi mantida. O sindicato também apresentou uma nova tabela ao governo, com pagamento do piso de forma escalonada. O governo alegou que proposta era inviável e no dia 11 de junho encerrou as negociações; no dia 22 de junho anunciou o envio de uma segunda MP à Alesc com a mesma proposta feita no dia 6: pagamento do piso para quem ainda não o recebia e

redução da regência de classe (GREVE É MANTIDA, 2011; SINTE FAZ NOVA, 2011; PROFESSORES VOLTAM, 2011;; MENGER, 2011c; GOVERNO DO ESTADO, 2011).

O envio desta segunda MP criou problemas ao governo junto à base aliada. Isso porque o jurídico do Sinte observou que para modificar o plano de carreira, que é uma lei complementar, a MP não seria o instrumento correto, e sim outra lei complementar. Desta forma, os deputados em reunião no dia 27 de junho decidiram votar contrários as duas MPs e pediram a reabertura das negociações (MENGER, 2011d). No dia 2 de julho, o governo apresentou mais uma proposta: mantinha a tabela anterior, mas fazia uma escala para a recomposição da regência de classe, sendo concluída em janeiro de 2012. No dia 5 de julho, os professores de Tubarão realizaram nova assembleia, mantendo a greve. Porém, outras 17 regionais do sindicato posicionaram-se pela volta às aulas. Na assembleia estadual do dia 6, 12 mil professores decidiram continuar o movimento (EM ASSEMBLEIA, 2011; AGORA É, 2011).

A quarta fase da greve, a de desmobilização, começa exatamente com esta assembleia estadual. O fato de 17 regionais terem se manifestado pelo fim da greve foi utilizado pelo governo contra os professores, por meio de comunicados oficiais à imprensa e determinando a contratação de ACTs. Além disso, o Estado anunciou o envio de um projeto de lei complementar à Alesc, com o mesmo texto da segunda MP. Ao completar 50 dias de greve, pais e professores começaram a questionar o comprometimento do ano letivo (MOBILIZAÇÃO SERÁ, 2011; DIRETORES DEVEM, 2011).

A votação do projeto na Alesc no dia 13 de julho foi decisiva para o fim da greve. Vinte e oito deputados votaram a favor, e oito contra. A votação foi tensa, com discussões entre os deputados no plenário e professores que acompanharam nas galerias. Com a aprovação do projeto, a assembleia regional, em 14 de julho, decidiu pela volta às aulas, mas acompanhando a votação da estadual, marcada para o dia 18 de julho. Na estadual, quatro mil professores decidiram pela volta aos trabalhos já no dia seguinte, 19 de julho. A greve de 2011 durou 62 dias, sendo uma das mais longas do magistério catarinense: a de 1987 também durou 62 dias, já a de 2000 foi a maior em extensão de tempo: 66 dias. Dados do Sinte apontam que o movimento chegou a ter 90% de adesão no Estado inteiro. Na região compreendida pelo Sinte de Tubarão, a adesão foi de 100% no Vale do Braço do Norte, 90% em Tubarão e Capivari, e 50% nos municípios menores, como Sangão, Treze de Maio, Pedras Grandes e Jaguaruna (PROJETO QUE MUDA, 2011; MENGER, 2011e; MENGER, 2011f; ESTUDANTES VOLTAM, 2011).

3 UMA GREVE DIFERENTE: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

A pesquisa “Trabalho docente no ensino fundamental e médio no Estado de Santa Catarina” trata das condições de trabalho dos professores e é desenvolvida em vários municípios, entre eles, Tubarão. Como um dos pontos da pesquisa é a remuneração, um dos temas mais abordados pelos professores foi a greve motivada pela aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional dentro do plano de carreira.

Dos 12 professores entrevistados em Tubarão, seis são docentes no Ensino Fundamental e seis do Médio, mas sete deles atuam nas duas etapas do ensino básico. Para efeitos deste artigo foram consideradas 10 entrevistas, já que duas professoras atuam apenas na rede municipal. Uma das entrevistadas é orientadora educacional aposentada e outros três docentes estão fora da sala de aula: assistente pedagógico, assistente de direção e orientador educacional. Dos 10 entrevistados, nove são efetivos e um é Admitido em Caráter Temporário (ACT). Ainda sobre o perfil dos professores são quatro homens e seis mulheres. Apenas dois professores estão em início de carreira, os demais possuem mais de 15 anos de docência. Em relação à greve, dos 10 entrevistados, seis participaram do movimento, duas professoras foram inclusive líderes do movimento, uma em nível regional e outra regional e estadual. Outros quatro professores não aderiram ao movimento.

Entre os objetivos deste artigo está o de mostrar a percepção dos professores sobre a greve e entender porque o movimento foi considerado diferenciado em relação aos demais. Essa diferenciação se observa pela fala dos professores sobre a greve. A avaliação dos entrevistados foi unânime sobre a legitimidade da causa. Mesmo os professores que não participaram da greve disseram que a reivindicação era justa: o cumprimento de uma lei federal, como observa o professor de Inglês no ensino fundamental e contratado como temporário em escolas de Tubarão e Sangão:

Eu pessoalmente não sou a favor de greve, na minha concepção prejudica aquele que não pode fazer nada para resolver a situação (...) Eu acho que a greve dos professores, a greve estadual foi justa, foi correta, porque sim, o governo do Estado era ilegal, ele não cumpria o que a legislação determinava. (...) Os professores estaduais tinham sim, que fazer a greve, o quanto se estendeu é outra questão (PROFESSOR DE INGLÊS – ACT, 2011).

Esta greve foi para os professores, investida, portanto, de um duplo sentido de legalidade: a greve como direito do trabalhador assegurado pela Constituição Federal, e segundo, pelo cumprimento da lei do piso. Além da legalidade, há um segundo aspecto que diferenciou esta greve: a união da categoria.

O que houve de mudança nessa? A categoria veio com aquele objetivo. E ela veio da unidade. Nós conseguimos trazer o assistente de educação que hoje faz a função burocrática na escola, o assistente técnico, o especialista, porque nós tínhamos algo em comum que era essa luta (ENTREVISTA PROFESSORA APOSENTADA, 2011).

Eu já fiz outras greves e essa greve foi muito interessante pelo número de pessoas que participaram, que refletiu bem assim a angústia de muita gente, o descontentamento. A gente recebe uma informação ou decreto e as coisas vão mudando e mesmo não gostando, aceita, e vai aceitando, vai aceitando. (...) E eu acho que desta vez nós, sei lá, o pessoal estava tão aflito, e também por conta do piso que foi aprovado, o pessoal entrou com muita garra (ENTREVISTA ORIENTADORA ESCOLAR, 2011).

O terceiro ponto de diferenciação da greve foi o apoio popular, observado por grande parte dos professores entrevistados. “Com certeza. Nós tivemos o apoio total da comunidade, principalmente nós aqui na comunidade do Humaitá, houve um engajamento bom, o pessoal apoiou. Vários pais saíram em passeata, reconheceram. Nós lutávamos pelo que era justo” (ENTREVISTA PROFESSOR PORTUGUÊS, 2011). Segundo outra professora, de Biologia (2011), não houve cobrança dos pais pela paralisação das aulas. “Nunca nenhum pai cobrou da gente o fato de os alunos estarem sem aula, claro que sempre tem aquele que é contrário, mas nunca fomos cobrados com relação a isso”. A pouca valorização do trabalho do professor também foi levada em consideração pelos pais para apoiar o movimento. “Alguns pais ligavam para a escola para saber se tinha aula, nós explicávamos, enfim, dizendo para os pais que era um direito dos professores. Acho que de maneira geral sim, apoiou, porque a comunidade também está percebendo que nós somos bem pouco valorizados” (ENTREVISTA ASSISTENTE DE DIREÇÃO, 2011). Percepção semelhante a do professor de História (2011):

Desde o início eles apoiaram. As pessoas falavam comigo nos coletivos, encontravam na rua que nós estávamos certos, que não era justo, por exemplo, enquanto um deputado está em um cargo eletivo, dado pelo povo, mantido pelo povo, com altos salários, com tudo pago, porque político nenhum, governo nenhum dá nada para o povo, o povo é que dá para eles. Então a comunidade esteve sempre do nosso lado.

Ainda segundo a avaliação dos professores, este apoio popular não durou o período inteiro da greve, pelo menos não de forma unânime. A partir de julho começaram os questionamentos sobre a duração da greve. “Eu não participei da greve, mas a comunidade escolar no início, ela esteve com o professor, mas depois ficou contrariada, porque não se chegou a nenhum acordo” (PROFESSORA 2ª SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL, 2011). Para a orientadora escolar (2011) a preocupação dos pais com o que fazer com os filhos após semanas de greve, levou ao rompimento do apoio dado pela comunidade escolar aos professores: “O

fundamental não foi perder as aulas, foi não estar na escola, foi bastante complicado”. Avaliação próxima a da professora aposentada e líder sindical (2011):

A comunidade escolar, mais precisamente os pais, eles vão até um limite conosco na greve, só fica mesmo aquele que está todo dia, que acompanha mesmo, que percebe que o filho está voltando para casa porque não tem aula, porque o professor que está em sala de aula não é qualificado, esse está sempre com a gente. Mas a grande maioria não. E aí quando o filho fica muito tempo em casa começam os problemas. (...) A comunidade vai conosco até um ponto. Depois ela começa a achar que é muito tempo, que já foi um mês que o filho está em casa.

Durante as entrevistas, um professor citou que esta greve também foi diferente pelo uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter, Orkut e outras ferramentas propiciadas pela internet, como o YouTube, blogs e site institucionais, para fazer denúncias e contar a rotina do professor. Exemplo disso é o vídeo com o depoimento da professora Amanda Gurgel, do Rio Grande do Norte, em uma sessão da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa daquele Estado. O vídeo se tornou sucesso no Youtube (com mais de 2,1 milhões de acessos) e espalhado por outros sites e compartilhado nas redes sociais (GURGEL, 2012).

Os professores viram nas novas tecnologias de comunicação e informação uma forma de fazer uma grande discussão e mostrar para a sociedade como está a educação (...). Porque o professor tinha vergonha de dizer que um aluno lhe mandava tomar no cu ou se foder. Qual é o pai que fala para o colega ou para o amigo que o filho manda ele tomar no cu e se foder? Os alunos fazem isso com os professores rotineiramente, não é caso isolado. (ENTREVISTA ASSESSOR PEDAGÓGICO, 2011).

Para o professor de Inglês (2011), a internet poderia ter sido usada até com mais ênfase pelos professores grevistas como uma forma de conscientizar os alunos e sensibilizar os políticos e a sociedade, na medida em que os próprios alunos contassem sobre a realidade de suas escolas.

Por que quê o professor de informática não bota esses alunos para escrever no Twitter, comentários no Twitter do Raimundo Colombo? O professor de informática tem que mostrar duas coisas para o aluno: a possibilidade de ele realmente atuar na sociedade, e outra coisa mostrar que o professor e alunos aliados, não um contra o outro como ocorre na greve, aliados, podem sim transformar.

Como relatado antes, nas fases da greve, o movimento começou a desestabilizar-se a partir de julho. Para os professores, isso ocorreu devido às dificuldades de negociação com o governo, que alegava que não tinha dinheiro e também passou a cobrar que o sindicato fizesse propostas, além da utilização da mídia, estatal ou não, para influenciar a opinião pública:

Nós estávamos em um momento muito bom da greve, coesos, com grande número da categoria, fizemos assembleias com números astronômicos de participações e como eu vou dizer, não poderíamos ter vacilado naquele momento x de negociação com o governo e ter deixado uma parte da categoria querer voltar. (...) Essa divisão

da categoria veio a público e aí dividiu a opinião, “ah por que que uns estão voltando e outro não?”, e a própria categoria “e por que que determinados lugares voltaram e nós não?”. A verdade é que em determinados lugares, a greve não estava tão forte quanto em outros. (ENTREVISTA PROFESSORA APOSENTADA, 2011).

Estes lugares apontados pela professora são 17 regiões nas quais as assembleias locais do Sinte apontaram pela volta ao trabalho e levaram esta deliberação para reunião estadual do dia 7 de julho. Estas regionais teriam sido influenciadas pela proposta do governo de pagar o piso para a titulação do Ensino Médio e Licenciaturas Curta e Plena, como salário básico, e com o compromisso assumido pelo governo de recompor os percentuais da regência de classe até janeiro deste ano. Das 30 regionais do Sinte, 17 votaram pelo fim da greve: Blumenau, Rio do Sul, Lages, Joaçaba, Concórdia, Chapecó, São Miguel, Brusque, Xanxerê, Canoinhas, Ituporanga, Maravilha, Curitiba, São Lourenço, Campos Novos, São Joaquim e Palmitos. Outras duas não entraram em consenso. Mesmo com a maioria das regionais apontando para o fim da greve, a decisão final é da assembleia estadual, já que pelo regimento interno do Sinte, a estadual é soberana nas decisões da categoria.

O racha evidente da categoria somado as propagandas feitas pelo governo do Estado, especialmente na TV, com mensagens sobre as tentativas de negociação com o sindicato também teriam influenciado o fim do movimento como aponta o professor de História (2011):

O governo do Estado e os deputados que os apoiavam começaram a colocar propostas na TV e a mídia, paga pelo governo do Estado, ela começou a de repente colocar que o governo estava aberto às conversações, mas que o sindicato dos professores estava intransigente. (...) Então, o que que acontece: na verdade apesar de parte da mídia estar a favor dos professores, o governo manipulou de uma maneira tal, que as pessoas começaram a cansar. E o próprio sindicato em alguns momentos, também começou a pisar na bola, porque o piso salarial tem que ser pago desde 2009, nós estamos em 2011 (...) mas em nenhum momento, nem governo, nem sindicato, falam daquilo que é retroativo.

A aprovação do projeto de lei complementar no dia 13 de julho acelerou o processo de desmobilização. A lei aprovada reduz os percentuais da regência e define prazo para recompô-los, define uma nova tabela com índices diferentes entre os níveis verticais (de titulação) e horizontais (de tempo de serviço e de cursos de aperfeiçoamento contínuo) alterando o plano de cargos e salários em vigor desde 1992. A nova lei também determina a formação de um grupo de trabalho para discutir um novo plano de carreira. A previsão era de que os trabalhos durassem até 120 dias, podendo ser prorrogado por mais 60 dias, totalizando 180 dias. No dia 11 de novembro, um grupo da secretaria de Educação, capitaneado pelo secretário-adjunto, Eduardo Deschamps, apresentou o esboço do novo plano de carreira, em reunião no Centro Integrado de Artes da Unisul, em Tubarão. Entre as mudanças, a retirada da previ-

são na tabela vertical dos níveis de pós-graduação como mestrado e doutorado, ficando o teto fixado pela especialização. Mestrado e doutorado teriam apenas uma gratificação. Na progressão horizontal também haveria mudanças, de 12 níveis com progressão a cada três anos, passaria para oito níveis, com progressão a cada cinco anos (MENGER, 2011g). No momento em que este artigo é redigido o plano ainda está em discussão e não há previsão de quando será enviado à Alesc. As entrevistas feitas com os professores ocorreram em novembro de 2011, no mesmo período em que o esboço do novo plano foi apresentado, por isso, alguns professores avaliaram o que está sendo sugerido pelo governo.

As negociações continuam com o nosso sindicato, dentro de uma equipe que está estudando a aplicação do nosso plano de carreira que é a nossa principal briga. (...) O ideal é nós brigarmos para a aplicação do piso na carreira, o piso salarial na carreira, aí a diferença seria grande. (...) hoje daria uma diferença de R\$ 1 mil do que eu ganho para o que eu ganharia com o piso na carreira (PROFESSOR DE PORTUGUÊS, 2011).

No caso deste professor de Português, com jornada de 40h, ele recebe cerca de R\$ 2 mil, com 22 anos de carreira e com especialização. Se tivesse sido aplicado o piso à carreira, ele receberia em torno de R\$ 3 mil/mês, o que resultaria em uma diferença de R\$ 12 mil/ano. A perspectiva do novo plano pode desestimular ainda mais o ingresso na carreira, avalia a orientadora educacional (2011):

O plano de carreira nunca permitiu a valorização do professor. Mas agora com essa última greve, com a compressão que fizeram da tabela está mais desvalorizado ainda. Tanto faz tu estudar como não estudar, se essa tabela ficar assim, atrapalha. A perspectiva de uma nova tabela também não é das melhores. Pela tabela não leva muito em conta a valorização do professor não. Exemplo disso sou eu mesma, faz 10 anos que eu parei, eu subi as letras da tal da tabela muito rápido porque estudei muito rápido e cheguei no 10G e parei, e tanto faz agora eu me aperfeiçoar mais ou não, não vou avançar na carreira.

Esta orientadora escolar, também com jornada de 40h e especialização recebe em torno de R\$ 1,8 mil por mês, com 20 anos de carreira. Como ela mesma expôs, chegou ao último nível da progressão horizontal e para que tivesse uma nova progressão, só se fosse vertical, com o aumento de titulação, para o mestrado. Segundo esta professora, o mestrado é um dos planos futuros, mas as dificuldades financeiras a impedem de cursar. Desta forma, sem melhores perspectivas de valorização por meio do plano de carreira, como observa a professora de História (2011), os professores precisarão continuar mobilizados: “A luta continua porque a proposta que o governo quer nos dar, não nos satisfaz, é bem ruim. Nós ainda precisamos estar organizados, antenados com o que está vindo por aí, e ir para a luta”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela valorização do professor não fica restrita a remuneração, mas como observou Monlevade (2000), esta questão confere objetividade a discussão e a externa de forma que pode ser aferida. Exatamente por isso, melhor remuneração e melhores condições estruturais para realizar o trabalho docente, sempre estiveram no foco das lutas da categoria, iniciadas na década de 1950. A forma de garantir esta melhor remuneração por meio de um piso salarial começou a ser discutida na década de 1980 e foram necessários 28 anos para que a lei fosse de fato aprovada e sancionada. Além disso, foi necessário três anos, uma decisão do STF e greves por todo o país para que parte dos Estados e municípios passassem a cumprir a lei.

Em Santa Catarina, como pode ser observado pelas entrevistas feitas com os professores, o cumprimento da lei do piso acabou colocando outra lei, a do plano de carreira na berlinda, já que os governos, inclusive o catarinense, admitem que não há recurso para aplicar o piso à carreira existente. O que traz a tona outros questionamentos. Entre eles, o financiamento da educação e a necessidade de maiores investimentos. Atualmente, órgãos como a CNTE reivindicam a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento da educação pública, tanto do ensino básico quanto do superior.

Assim, conclui-se que a valorização pela remuneração não termina com o cumprimento da lei do piso. Na verdade, observa-se que estipular um piso não é suficiente para garantir uma remuneração digna ao profissional. Há outros aspectos envolvidos no exercício profissional e que apenas a projeção da carreira, por meio de planos de cargos e salários podem, de certa forma, resolver. Entre eles está o aperfeiçoamento contínuo com a possibilidade de realizar outros cursos e/ou pós-graduação e a jornada de trabalho. Além de lutar pela aplicação do piso em todos os municípios e Estado (e lutar pelo reajuste anual deste piso), as bandeiras de luta dos professores se voltam mais incisivamente para a carreira: é preciso garantir que a carreira docente valorize do profissional que está atuando e ainda atraia novos profissionais.

REFERÊNCIAS

AGORA É QUE a greve começou. **Diário do Sul**. 8 jul.2011. p.3.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 12 jan. 2012a.

BRASIL. Fundef. Lei n. 9424 de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424.htm. Acesso em 12 jan. 2012b.

BRASIL. Fundeb. Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em 12 jan.2012c.

BRASIL. Piso. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em 12 jan.2012d.

CONSELHO Nacional de Educação. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Resolução n. 3, de 8 de outubro de 1997. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=12896&option=com_content&view=article. Acesso em 12 jan. 2012.

DIRETORES DEVEM contabilizar ACTs. **Diário do Sul**. 12 jul.2011. p.3.

EM ASSEMBLEIA, professores mantêm paralisação. **Diário do Sul**. 7 jul.2011. p.3

ENTREVISTA PROFESSOR DE INGLÊS -ACT. Tubarão: entrevista gravada digital. (80min). 2011.

ENTREVISTA PROFESSOR PORTUGUÊS. Tubarão: entrevista gravada digital (42min). 2011.

ENTREVISTA PROFESSORA APOSENTADA. Tubarão: entrevista gravada digital (72min). 2011.

ENTREVISTA ORIENTADORA ESCOLAR. Tubarão: entrevista gravada digital (44min). 2011.

ENTREVISTA ASSESSORA DE DIREÇÃO. Tubarão: entrevista gravada digital (46min). 2011.

ENTREVISTA PROFESSOR DE HISTÓRIA. Tubarão: entrevista gravada digital (37min). 2011.

ENTREVISTA ASSESSOR PEGAGÓGICO. Tubarão: entrevista gravada digital (75min). 2011.

ENTREVISTA PROFESSORA 2ª SÉRIE. Tubarão: entrevista gravada digital (38min). 2011.

ENTREVISTA PROFESSORA DE HISTÓRIA. Tubarão: entrevista gravada digital (46min). 2011.

ENTREVISTA PROFESSORA DE BIOLOGIA. Tubarão: entrevista gravada digital (34min). 2011.

ESTUDANTES VOLTAM após 62 dias de greve. **Diário do Sul**. 20 jul.2011. p.6.

GOVERNADORES de cinco estados pedem a inconstitucionalidade da lei do piso do magistério no Supremo. **CNTE**. Disponível em: http://www.cnte.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1320. Acesso em: 12 jan. 2012.

GOVERNO do Estado envia nova MP à Alesc. **Diário do Sul**. 22/23 jun. 2011.p.3

GREVE É MANTIDA no município e no Estado. **Diário do Sul**. 4 jun.2011. p.3.

GURGEL, Amanda. Depoimento professora Amanda Gurgel. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=yFkt0O7lceA>. Acesso em 13 jan. 2012.

MADEIRA, Matheus. Professores fazem protesto e tiram “indicativo de paralisação”. **Diário do Sul**. 12 mai. 2011. p.3.

MENGER, Amanda. Proposta indigna professores e greve é mantida. **Diário do Sul**. 24 mai. 2011. p.3 a.

____. Professores fazem passeata em defesa do piso em Tubarão. **Diário do Sul**. 25 mai.2011.p.3 b.

____. Reunião pode definir posição do Estado. **Diário do Sul**. 14 jun. 2011. p.5.c

____. Deputados votarão contra MPs. **Diário do Sul**. 28 jun.2011. p.3d.

____. Assembleia regional do Sinte indica retorno às salas de aula. **Diário do Sul**. 15 jul. 2011. p.3 e.

____. Professores decidem suspender a greve pelos próximos 120 dias. **Diário do Sul**. 19 jul.2011.p.3 f.

____.Proposta do plano de carreira dos professores é apresentada. **Diário do Sul**. 12/13 nov.2011. p.3 g.

MOBILIZAÇÃO SERÁ nas bases, define assembleia. **Diário do Sul**. 9/10 jul.2011. p.3.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Valorização salarial dos professores: O papel do Piso Salarial Profissional Nacional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública**. 2000. 307 f. Tese (Departamento de Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

OLIVEIRA Maria Angélica; D'AGOSTINO Rosanne; FAJARDO Vanessa. Professores de seis estados estão em greve no país. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/06/professores-de-seis-estados-estao-em-greve-no-pais.html>. Acesso em 10 jan. 2012.

PROFESSORES fazem protesto em TB. **Diário do Sul**. 29 abr.2011 p.2.

PROFESSORES QUEIMAM cópias dos diplomas em protesto. **Diário do Sul**. 1 jun.2011. p.3.

PROFESSORES VOLTAM a fazer protestos. **Diário do Sul**. 11 jun.2011. p.5.

PROJETO QUE MUDA plano de carreira é aprovado. **Diário do Sul**. 14 jul. 2011. p.5.

PUBLICADO acórdão sobre piso nacional para professores. **STF**. Disponível: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=187243&caixaBusca=N>. Acesso em 12 jan.2012.

SINTE FAZ NOVA proposta ao governo. **Diário do Sul**. 10 jun.2011. p.5

STF CONSIDERA constitucional piso nacional para professores da rede pública. **STF**. Disponível: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=176515&caixaBusca=N>. Acesso em 12 jan.2012.

STF JULGA improcedente ADI contra piso nacional e jornada de trabalho de professores. **STF**. Disponível: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178016>. Acesso em 12 jan.2012.